



Anais da Assembleia

Nº 106

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 09 DE SETEMBRO DE 1976.

ANO II

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 158ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 09 DE SETEMBRO DE 1976

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Ivo Thomazoni.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aginaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Muggiati Filho, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Ernesto Gnoato (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 104/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 76/76, Mensagem Governamental número 18/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado com a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, objetivando o Estudo das Alternativas, Técnicas Econômicas e Sociais, para a Indústria Madeireira do Paraná. Parecer favorável da C.C.J., por maioria — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 104/76

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 01 de dezembro de 1975 pelo Governo do Estado do Paraná com a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, objetivando o estudo das alternativas técnicas, econômicas e sociais para a indústria madeireira do Paraná.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03 de junho de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Dácio Leonel, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO 76/76

Por determinação da presidência desta Comissão, e tendo em conta a decisão tomada pelos seus membros, por maioria de votos, o parecer é favorável à Mensagem Governamental número 18/76, de 27 de janeiro de 1976 — cuja mensagem encaminha à apreciação desta Assembleia o Convênio celebrado pelo Governo do Estado com a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, objetivando o estudo das alternativas técnicas, econômicas e sociais para a indústria madeireira do Paraná.

Entendeu a maioria dos componentes da Comissão de que as dúvidas erguidas com referência ao disposto na alínea "b" da cláusula "quarta", do referido termo de convênio, foram devidamente dissipadas através do ofício número 51/76, de 03 de maio de 1976, do Sr. Governador do Estado, cujo ofício se acha anexado aos presentes autos.

Parecer como consequência favorável, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 03 de junho de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Dácio Leonel, Relator.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 10, sexta-feira, às 9,30 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 159ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 09 DE SETEMBRO DE 1976.

Presidência do Sr. Deputado Muggiati Filho, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Otássio Pereira.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aginaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Muggiati Filho) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer manifestação do Plenário, para aprovar encaminhamento de pedido de providências ao INCRA e FITC, no sentido de que sejam acelerados os trabalhos para a entrega de títulos de propriedade a toda a região Sudoeste do Estado do Paraná, tendo em vista os sérios contratempos e vultuosos prejuízos que aquela região vem sofrendo pelo inexplicável retardamento na entrega dos títulos de domínio.

Sala das Sessões, em 09 de setembro de 1976.

(a) NILSO SQUAREZI

JUSTIFICATIVA:

São milhares de proprietários de terras na Região Sudoeste do Estado do Paraná, que apesar de terem a muitos anos pago aos cofres do Estado seus imóveis, ainda não receberam seus títulos de domínio. Outros que haviam recebido tais títulos, sob alegação de RATIFICAÇÃO ou RETIFICAÇÃO de divisas, tiveram que devolver os mesmos e, presentemente, se encontram privados do direito de propriedade, muito embora o Estado já lhes tenha outorgado o domínio pleno, que todavia, pelo recolhimento dos títulos, não pode ser exercitado em sua plenitude. Os graves prejuízos que a região Sudoeste sofre com isso são incalculáveis, eis que vão desde o impedimento para exercício de crédito bancário pela impossibilidade de penhora do imóvel, até a não comercialização da própria terra que perde seu valor venal pela falta de documentação regular para a compra ou venda. Litígios judiciais, contratempos de processos de sucessões e outros são uma constante. A região não pode mais esperar a eterna explicação de que “brevemente será regularizada a situação” eis que muitos proprietários já aguardam a mais de quinze (15) anos pela solução do problema. Objetiva também o presente requerimento, externar a desilusão dos milhares de homens do Sudoeste, que vêem-se na contingência de vender seus imóveis ante a omissão dos poderes públicos. Minha região já foi ensanguentada pela disputa da terra e muitos ainda não viram o sangue derramado ser justificado. O tempo se encarregou juntamente com a omissão do poder público, de levar ao esquecimento o sacrifício de vidas humanas que regaram com sangue e suor as dadivosas e férteis terras do Sudoeste. Visamos, com esta manifestação, sensibilizar as áreas governamentais responsáveis, para que não mais adiem a solução de magno problema. Devem lembrar-se tais autoridades que pela exclusiva falta de títulos de domínio, centenas de proprietários não conseguem receber as indenizações de terras desapropriadas por órgãos do próprio poder público, significando com isso, que o Estado é o único responsável pelas irregularidades existentes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, sejam encaminhados ofícios ao Exmo. Sr. Dr. JAYME CANET JUNIOR, Digníssimo Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Dr. GASTÃO DE ABREU PIRES, DD. Secretário de Estado dos Recursos Humanos, solicitando sejam formadas as Comissões de Promoção e Acesso previstas no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, a fim de que possam ser procedidos os ajustes necessários nas carreiras existentes no Quadro atual, visando facilitar a reclassificação geral dos servidores, já anunciada pelo Governo do Estado.

JUSTIFICATIVA:

A Lei número 6147, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado), dedica um Capítulo inteiro ao título “Da Promoção” e outro ao título “Do Acesso”.

Os artigos 86 e 87 estabelecem, respectivamente, que “o processo de promoção ficará a cargo de Comissão de Promoção instituída por Lei” e que “o critério a que obedecer a promoção deverá vir expresso no decreto respectivo”.

Por outro lado, o artigo 95 do mesmo Estatuto, prevê, igualmente, que “o processo de provimento por acesso será organizado por Comissão de Acesso, instituída por Lei”.

Embora as normas contidas nos artigos 74 a 95 da Lei número 6174/70, contenham elementos suficientes para possibilitar ao funcionário público estadual a efetivação do direito às promoções e acessos, esse fato não se verifica há vários anos no Poder Executivo.

Até o presente momento, ainda que o Governo venha anunciando e adiando a reclassificação geral dos servidores do Estado, não temos notícia de que estejam sendo processadas alterações motivadas por promoções e acessos.

Assim sendo, a própria administração desconhece o real posicionamento de cada funcionário e, “data vênica” não possui, assim, condições estruturais para aplicar de imediato qualquer reclassificação sem correr o risco de cometer injustiças.

Essas as razões pelas quais solicitamos sejam instituídas as Comissões de Acesso e Promoção, a fim de que se possa dar cumprimento ao disposto nos artigos 74 a 95 da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970.

Sala das Sessões, em 02 de setembro de 1976.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, dando pleno conhecimento à Casa do contido no expediente da douta Primeira Secretaria, que lhe encaminhou resposta do Sr. Governador do Estado ao pedido de informações, formulado e aprovado por esta Casa em 30/06/76, pede transcrição do presente na Ata dos trabalhos desta sessão e, uma vez deferido, seja feita do mesmo integral comunicação à Câmara de Vereadores e ao Sr. Prefeito Municipal de Arapongas, Dr. Waldyr Pugliesi, bem assim aos Clubes de Serviço locais, Lions e Rotary, e à Câmara Municipal e ao Prefeito Municipal de Sabáudia, Sr. Jácomo Masqueti, da mesma Comarca de Arapongas.

“Senhor Presidente.

O Sr. Governador Jayme Canet Júnior, conforme expediente em nosso poder, encaminhou dentro do prazo estabelecido na Constituição Estadual, resposta ao pedido de informações dirigido ao Sr. Secretário de Estado do Interior, Sr. Noel Lobo Guimarães.

Cumpriu, destarte, S. Exa. ao imperativo legal e constitucional, colocando ao alcance dessa augusta Assembléia a análise inclusive dos pontos negativos da administração naquele importante setor.

Os Municípios brasileiros não possuem receita capaz para levarem a efeito uma administração eficiente unicamente com recursos próprios. Isso porque as arrecadações estaduais e federais, salvo raríssimas exceções, não lhes dão um retorno suficiente de rendas. Mesmo os municípios com os mais altos índices de ICM, para as mais importantes obras de infraestrutura ficam na dependência de convênios com o Estado ou da elaboração de projetos amparados por altos financiamentos do BNH, como o Projeto Cura - Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada.

Caso específico, a implantação dos serviços de água e esgoto, pelo seu alto custo, ficam na dependência de convênios entre o Município e o Estado, que assume, como concessionário de tais serviços, direitos e obrigações.

A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, criada pela lei estadual número 4684, de 23 de janeiro de 1975, no caso em exame, contratou em 28 de fevereiro de 1975, com o município de Arapongas, a exploração e operação dos serviços públicos de abastecimento de água, coleta e remoção de esgotos sanitários, pelo prazo de 30 anos.

A concessão inclui o direito à concessionária para fixar tarifas que permitam a justa remuneração dos serviços e assegurem o equilíbrio econômico do sistema financeiro explorado, nos termos do convênio firmado entre o Governo do Estado e o BNH, de conformidade com o disposto nos incisos I e II, do artigo 176, da Constituição Federal.

Mas a concessionária sujeita-se por outro lado, no caso de rescisão do contrato, pelo não cumprimento de obrigações assumidas pela mesma, ou seja, verificado o seu inadimplemento, a reversão em favor do Município ou do Concedente, de todo o acervo dos sistemas de água e esgoto.

Constata-se pelas referidas informações que, na verdade, a SANEPAR não cumpriu a obrigação expressamente assumida na cláusula décima-primeira do contrato, que reza:

"As obras relativas ao sistema de esgotos sanitários serão iniciadas até o dia 21 de dezembro de 1975, com execução ininterrupta, até o final da primeira etapa, prevista em projeto".

Com relação a esse fato, constante do item inicial das indagações formuladas, com esta redação:

"Por que a SANEPAR não deu início até o dia 21 de dezembro de 1975, conforme se obrigara expressamente na cláusula décima-primeira do Contrato de Concessão firmado com o Município, às obras relativas ao sistema de esgoto sanitário da cidade de Arapongas?"

— por intermédio do Chefe do Poder Executivo Estadual, o Sr. Secretário do Interior assim responde:

"A SANEPAR dentro do Orçamento Programa de 1976, deu continuidade às obras em andamento e iniciou outras no corrente exercício, que já possuíam Projeto Técnico Executivo concluído e pedido de financiamento encaminhado ao BNH.

No caso em lide, não foi possível a SANEPAR iniciar a execução de obras relativas ao Sistema de Esgotos na cidade de ARAPONGAS, tendo em vista que os Projetos específicos encontram-se com atraso.

A situação atual dos trabalhos é a seguinte:

a) Relatório Técnico Preliminar - RTP já concluído e em revisão na SANEPAR para, posteriormente, ser encaminhado ao BNH, para análise e aprovação.

b) Projeto Técnico Executivo - PTE, em execução, com previsão de conclusão para dezembro de 1976, quando será encaminhado para análise e aprovação do BNH.

c) Após a aprovação, do PTE pelo BNH, será solicitado o financiamento para cobertura das despesas das obras, quando então se procederá licitação para definir empreiteira".

Os demais itens e respectivas informações são os que se seguem:

2 — "A SANEPAR tem deixado de cumprir obrigações idênticas também em relação a outras cidades paranaenses? Quais?"

2 — "As demais cidades encontram-se na mesma situação de ARAPONGAS, variando, para mais ou para menos, em questões de prazo, em função da época de adesão do PLANASA".

3 — "A SANEPAR recebeu do Poder Executivo as garantias do montante de 465 milhões de cruzeiros a que se refere a Mensagem Governamental supracitada?"

3 — "A SANEPAR tem recebido todo o apoio financeiro do Governo do Estado, seja através de aumento de seu capital, seja como participação do FAE, correspondente a cinquenta (50) por cento do valor do investimento constante do Orçamento Programa Anual".

Parece evidente que as informações estão calcadas em fatos palpáveis e traduzem a austeridade de que devam se revestir

tais atos. Caberá ao Município de Arapongas, ora Concedente, examiná-las à luz de seus legítimos interesses.

O pedido de informações, pois, que é um dos poucos meios de grande eficiência que ainda resta ao Poder Legislativo, serviu também como veículo capaz de suprir as omissões do Poder Executivo, e restabelecer entre as partes contratantes, a atualização de cláusulas contratuais já vencidas e descumpridas. Creditou-se com isso, o Poder Executivo, não só pela presteza das informações, como também, por deixar desnuda e sem tergiversações uma situação obrigacional insustentável, mas apresentando elementos concretos para o seu breve cumprimento.

Nenhuma cidade, por mais progressista que seja, continuará a crescer sem que lhe sejam implantados os serviços de água e esgoto. E o seu desenvolvimento é interesse precípuo do Estado.

De nossa parte, cabe-nos acolher as informações como mostra cabal de que não só em relação a Arapongas, bem como às demais cidades interessadas, a SANEPAR cumprirá fielmente o esquema de trabalho aqui exposto, na qualidade de concessionária de tão importantes serviços públicos.

Sala das Sessões, em 09 de setembro de 1976.

(a) MUGGIATI FILHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, após a aprovação do Plenário, o Deputado que o presente subscreve, requer que esta Casa interceda junto à Sua Excelência o Governador Jayme Canet Júnior, para que o Chefe do Poder Executivo atue com EXTREMA URGÊNCIA, com DENODO e BOA VONTADE no sentido de socorrer os flagelados vitimados fisicamente e comercialmente, pela tragédia ocasionada com a explosão de um caminhão que transportava mil e quinhentos quilos de dinamite, fato ocorrido no dia dois do corrente mês.

Além da lamentável morte de três pessoas, o sinistro fato provocou ferimentos em dezenas de outras.

Deixou 24 casas inteiramente condenadas e aproximadamente 200 outras casas necessitando de amplos reparos.

Prejudicou em grandes proporções diversos estabelecimentos comerciais, tais como:

tipografia, panificadora, fábrica de pincéis, indústria de bolachas, gabinete dentário, depósito de ferro-velho, bares, lanchonetes, lojas de roupas-feitas e tecidos, edifício de apartamentos, etc..

Ao procurarem este Deputado, as pessoas vitimadas por esse panorama entristecedor, entre tantas medidas que poderão serem tomadas por Sua Excelência, o Governador do Estado, solicitam:

- 1.^o — Que as autoridades punam os responsáveis e a Justiça determine as devidas indenizações;
- 2.^o — Que o Governador nomeie imediatamente uma Comissão para proceder as triagens, e que, o serviço seja realizado em tempo recorde;
- 3.^o — Que o Governador autorize o BANCO DO ESTADO DO PARANÁ a abrir faixa de financiamento excepcional, com prazo e juros especiais, no sentido de possibilitar a rápida reconstrução dos prédios atingidos, bem como, para proceder os reparos que requerem Máquinas, Equipamentos e Instrumentos Gerais danificados pertencentes aos estabelecimentos comerciais, industriais e clínicas.

Além da urgência que deverá marcar os atos do Senhor

Governador, é fundamental que o BANESTADO tenha flexibilidade para atender com grande rapidez, pois além de HABILIDADE, é preciso que a ATIVIDADE COMERCIAL e INDUSTRIAL retorne de forma IMEDIATA a normalidade para evitar outros prejuízos e o drama da falta de trabalho.

Sala das Sessões, em 09 de setembro de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO.

O SR. PRESIDENTE — (Muggiati Filho) — Está finda a leitura do expediente.

Com a palavra, no Pequeno Expediente, o Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Rememoro, nesta tarde, a este Paraná, através do Comitê da Imprensa aqui solicitado, e aos Srs. Deputados pertencentes às duas bancadas, à Liderança da ARENA e à Liderança do MDB, um problema que se relaciona exclusivamente à minha cidade, Ponta Grossa, e também se relaciona a duas pessoas que representam Ponta Grossa, qual sejam, este Deputado e o Sr. Prefeito daquele município.

No ano passado, uma das primeiras preocupações de que assumimos o cargo de Deputado Estadual, foi dotar nossa cidade, através de um ensino que se relacionasse à sua atividade agrícola, de um ensino à altura, qual seja, a implantação, como foi feito em Bandeirantes, de uma Faculdade de Engenharia Agrônômica.

Tentamos de todas as formas possíveis e ao nosso alcance, com a arregimentação dos treze Prefeitos da região dos Campos Gerais, com a presença desta Casa, representada pelo Deputado David Federmann e Deputado Aguinaldo Pereira Lima e com o então Governador Emílio Gomes, passado, e, presente, Jayme Canet, procuramos devolver à nossa cidade a atenção da criação da Faculdade de Engenharia Agrônômica.

Criou-se um impasse para a não instalação daquele curso quando S. Exa., o Sr. Prefeito, não dotando a nossa Universidade Estadual de Ponta Grossa da base física, qual seja, um simples decreto municipal, passando o acervo do antigo Colégio Agrícola Augusto Ribas à Fundação, e, esta maneira, dada a condição de funcionamento do curso.

Diversas outras comunas, Cascavel, Toledo e outras, de nosso Estado, também sentem a carência da implantação desse curso.

Mas, Ponta Grossa, uma região eminentemente agrícola, se fazia presente nesta reclamação já em primeiro plano.

Neste debate, onde colocávamos, como sempre colocamos, os interesses do povo de Ponta Grossa acima das identificações políticas é que somávamos com a administração pública do município.

Em uma altura do debate já levado por S. Exa., o Sr. Prefeito, para campo da identificação pessoal com retalhações pessoais na imprensa falada e escrita do Paraná e mais precisamente de Ponta Grossa, chegou a um ponto tal, Srs. Deputados, que houve a interferência de companheiros de Ponta Grossa, dos dois lados, do lado do Sr. Prefeito e do lado deste Deputado que numa composição harmônica à nossa cidade, fez com que eu e o Prefeito de Ponta Grossa acabássemos, publicamente, com aquela devassa, no sentido de Colégio Agrícola Augusto Ribas.

S. Exa. o Sr. Prefeito, comprometeu-se de, a partir daquele dia, através do testemunho de diversos homens do comércio e indústria de Ponta Grossa, que partiríamos para uma nova etapa; etapa esta que concernia à instalação do curso de Engenharia Agrônômica de Ponta Grossa, esquecendo-se do impasse criado entre este Deputado e aquele Prefeito.

De nossa parte também houve um compromisso pessoal e de homem, que não estaríamos mais, desta tribuna, falando em termos de Colégio Agrícola Augusto Ribas, em termos

de instalação da Faculdade de Engenharia Agrônômica em nossa cidade.

Hoje, estamos faltando com nosso compromisso, porque S. Exa. o Sr. Prefeito Municipal de Ponta Grossa não tem a sanidade suficiente, não tem a compostura de homem íntegro que cumpre a sua palavra.

Quando voltamos as nossas costas às outras atividades que os Srs. Deputados são testemunhas e que o Paraná assim também, o é, o que é que fez o Sr. Prefeito de Ponta Grossa, Amadeu Puppi?

Entra, através da Procuradoria Geral da Justiça deste Estado, com uma representação contra este Deputado, através de um inquérito policial que lá está na minha cidade, na Delegacia, 13.^a sub-divisão, com o Titular Dr. Emílio Mozerew.

Entra com um Inquérito Policial contra este Deputado, por difamação e calúnia, uma mostra eloqüente daquilo que homens de bem, que homens que têm, não o dever consigo mas com sua família porque possui filhos, possui um passado que todos nós conhecemos, que possui uma profissão, uma das melhores profissões que Deus dá ao homem, que é médico, mas não possui a hombridade, a compostura e a decência de fazer cumprir a sua palavra.

Infelizmente, nesta tarde, para este Paraná negro, no sentido político de Ponta Grossa é que eu, infelizmente, Srs. Deputados, publicamente externo em nome de Ponta Grossa, os sentimentos não políticos, mas os sentimentos pessoais de uma pessoa que até o dia de ontem nós tínhamos em alto conceito, em alta reputação, mas, que pela infelicidade já demonstrada nas últimas eleições, do ex-Prefeito de Ponta Grossa, possuindo apoio de todas as forças econômicas e políticas do município, esta pessoa, o atual Prefeito de Ponta Grossa, conseguia fazer sufrágios em Ponta Grossa na ordem de três ou quatro mil votos, quando este vosso representante conseguia na ordem de setenta por cento do município.

Atendendo a solicitação do Presidente, que nos alerta que o tempo nos é escasso e curto, irei, se a liderança do MDB aqui na Casa, através do Deputado Osvaldo Macedo e me concederem os vice-líderes, continuar no assunto, o assunto que é importante não à minha pessoa, mas que é importante a esta Casa, onde com o respeito aos 53 outros integrantes deste Poder, é que nós estamos levantando esta questão em termos de Poder Legislativo, para que, o respeito que dedicam à nossa pessoa, como nós dedicamos a eles, tenham os demais integrantes deste Poder.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Muggiati Filho) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito Sr. Deputado Gabriel Manoel. (Pausa). — Na ausência do Sr. Deputado Gabriel Manoel, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo, inscrito em seguida. (Pausa). — Verificada a ausência do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, concedo a palavra ao Sr. Deputado Basílio Zanusso. (Pausa). — Na ausência dos Srs. Deputados inscritos para o Grande Expediente, em seguida, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, pelo prazo regimental.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Agradecendo a deferência da Mesa à inscrição nossa, feita, continuamos Srs. Deputados, dizendo que, Ponta Grossa uma cidade universitária, Capital Cívica deste Estado, infelizmente tem, nos dias de hoje, a administração sendo entregue a um homem que deveria voltar às suas atividades, as suas vistas administrativas, no que concerne a obras de Ponta Grossa.

Infelizmente, e hoje em contacto com o Presidente desta Casa, Deputado Paulo Camargo, procurávamos uma maneira pela qual tivesse esta Casa a saída política para esse impasse criado, onde questões pessoais, onde vaidades polí-

ticas são colocadas em torno de inquéritos policiais para ser envolvida a representação política deste Estado.

Entendendo de que sempre tivemos, nesta Casa, em nossas atividades parlamentares diversos assuntos, diversas posições tomadas, mas sempre respeitando o lado pessoal e humano de cada um dos Srs. Deputados.

E quizeramos que este exemplo dado nesta Casa fosse estendido lá fora, quando alcaides deste Estado não têm aquele valor, não têm aquela condição de respeito a acordos firmados.

Tenho a prestar a este Paraná, aos Srs. Deputados, de que de nossa parte, da parte deste Deputado, cumprimos, até o dia de hoje, o respeito, o qual até a própria imprensa da nossa cidade reclamava deste Deputado, com relação ao assunto ora referendado.

Estive em diversas ocasiões em entrevistas da imprensa falada e escrita de Ponta Grossa e sempre que era abordado o assunto Colégio Agrícola, Faculdade de Engenharia Agrônômica, nós nos escusávamos e dizíamos na ocasião, de que, em oportunidade futura, quando tivéssemos dados concretos, objetivos e reais em mãos, voltaríamos ao assunto para implantação daquela escola.

Nós demos e Ponta Grossa é testemunha, dia nove de setembro nós cumprimos a nossa palavra.

Infelizmente, a outra parte, não tem palavra e não tem, acima de tudo, o respeito que foi comprometido não ao Prefeito, mas o respeito humano a um assunto que deveria ter a iniciativa, não da classe política, mas, como teve, da classe universitária da nossa cidade.

Responsabilizo Ponta Grossa de não possuir a Faculdade de Engenharia Agrônômica, única e exclusivamente, à Prefeitura Municipal de nossa cidade, na pessoa do Sr. Prefeito Amadeu Puppi.

Toda a documentação do plano federal, todo o apoio do governo estadual de Jayme Canet, está dado à nossa Fundação.

Recentemente, mais de 120 milhões de cruzeiros dados à nossa instituição no "campus" universitário, que logo será liberado pelo Governo do Estado, um repasse do Governo Federal.

Ponta Grossa, possuindo toda a boa vontade ao alcance desses governos, falta tão somente, uma sintonização e uma responsabilidade um pouco maior, da parte administrativa do nosso município.

Quisera eu, ter a previsão, de que Ponta Grossa tivesse em oportunidade bastante breve, em candidato a Prefeito Municipal de nossa cidade, a mesma visão que tiveram outros Srs. Prefeitos deste Estado, que nunca divisaram cor-partidária para esse ou aquele benefício ser alcançado pela sua comunidade.

Vimos recentemente, o exemplo de Cornélio Procópio, onde o impasse criado, de um Sr. Prefeito, pertencente à ala situacionista do Governo; vimos neste novo Prefeito alçado ao cargo, a representação de Cornélio Procópio, somar MDB e ARENA, de homens sem partido.

Vimos em outros exemplos deste Estado, de que onde existe harmonia, onde existe respeitabilidade política, o município anda para frente, tem a atenção governamental.

Para não validade política nossa, quando estamos no mês em que Ponta Grossa comemora o seu aniversário, e lá estará a administração pública-estadual, na pessoa do Sr. Governador que, acredito que lá esteja. Lá estará o mais alto mandatário deste Estado, lá estará a presença física do Sr. Governador. Mas, infelizmente Ponta Grossa, por falta de harmonia das lideranças, por falta de responsabilidade dos dirigentes, não terá uma obra de vulto inaugurada pelo mais alto Mandatário deste Estado; lá somente terá uma festa simbólica, uma simples, mas uma honrosa presença governamental, física, e não uma presença governamental de obras, carentes à cidade

e à região. Infelizmente, Ponta Grossa padece de assistência, mais por falta de responsabilidade do âmbito municipal do que no Estadual, porque onde não existe harmonia, não existe uma família unida.

E é neste sentido, que Ponta Grossa mais uma vez, não nas próximas eleições, mas, mais uma vez dará o seu motivo de altivez, o seu nome de Capital Cívica deste Estado, devolvendo à administração seja qual for o Prefeito eleito, devolvendo um Prefeito que pelo menos, seja homem; que pelo menos cumpra a sua palavra, que cumpra seus compromissos, e que devolva a paz e a tranquilidade à família arenista ou à família do MDB ou mesmo à família de Ponta Grossa.

Queria tão somente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que ficasse registrado nos Anais desta Casa, que mais uma vez, para infelicidade da família política da nossa cidade, em confronto MDB e ARENA, tirando a posição política das próximas eleições, mas dando a Ponta Grossa, aquela presença que temos nesta Casa, de um sentido de reivindicação na pessoa de David Federmann, na pessoa deste Deputado, que nunca se individualizaram no sentido de partido, sempre somando com Ponta Grossa, dando uma amostra que aqui existe a lealdade de espírito e a sinceridade de propósitos, de devolver à nossa cidade, aquilo que nós queremos, qual seja, um Prefeito honesto, um Prefeito que tenha responsabilidade, um Prefeito que tenha acima de tudo, a dignidade e respeito à pessoa humana.

Devolvo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tudo aquilo que, em comícios, tem dito, com referência à minha pessoa, o Sr. Prefeito de Ponta Grossa.

Devolvo a S. Exa. e a seus auxiliares, aquilo que o Paraná conhece; aquilo que Ponta Grossa é testemunha, aquilo com que nos querem atingir.

Mas, é preciso que fique bem claro: temos caráter, coisa que falta a S. Exa. e a seus funcionários, a seus auxiliares.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Muggiati Filho) — Concedo a palavra à Liderança do Movimento Democrático Brasileiro (Pausa). Não havendo quem queira usar da palavra, em nome do MDB, concedo a palavra à Liderança da Aliança Renovadora Nacional.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, declino.

O SR. PRESIDENTE (Muggiati Filho) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 99/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 117/76, Mensagem número 38/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, com o Município de Fóz do Iguaçu, objetivando reconstrução do prédio onde funciona o Grupo Escolar "Almirante Tamandaré", na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 103/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 182/76, Mensagem número 45/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior e o município de Alto Piquiri, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer favorável da

C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 105/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 178/76, Mensagem número 44/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e a Prefeitura do município de Londrina, visando a implantação dos serviços de prevenção, combate à incêndios, busca, salvamento e outras calamidades na área do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 10/76, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, ex-Proposição número 144/75, que aprova a prestação de Contas para financiamento do Convênio de Assistência à Saúde, firmado entre a Caixa Beneficente aos exercícios de 1971, 1972 e mês de janeiro de 1973. Parecer favorável da C.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 40/76, de autoria do Deputado Paulo Camargo, que declara de utilidade pública a “ESCOLA ESTADUAL DE EQUITACÃO”, com sede e foro nesta capital. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 71/76, de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk, que declara de utilidade pública o “DIRETÓRIO CENTRAL DE ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA”, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 75/76, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que denomina “CORONEL FABRICIANO DO REGO BARROS”, ao Quartel Central do Corpo de Bombeiros do Paraná. — Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 76/76, de autoria do Deputado Nelson Buffara, que autoriza o Poder Executivo denominar de Grupo Escolar Professora “LOURDES MOROZOWSKI”, o atual Grupo Estadual do Jardim Eldorado, da cidade de Paranaguá. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 82/76, de autoria do Poder Executivo, Mensagem número 89/76, encaminhando anteprojeto de Lei que visa doar ao município de Londrina, área de terras com 14.999.10 m², situada em Jardim Bandeirantes, cidade do mesmo nome, havida pelo Estado conforme transcrição número 23.193, do Registro de Imóveis do primeiro Ofício da Comarca. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 85/76, de autoria do Deputado Enéas Faria, que declara de utilidade pública o CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS ULCRANIANOS, com sede e foro na cidade de Curitiba. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 111/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 199/76, Mensagem número 59/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Ministério da Fazenda e o Governo do Estado do Paraná, objetivando desenvolver no Estado, projetos de assistência técnica, que especificam. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.—

Aprovado.

Comissão de Constituição e Justiça
Projeto de Resolução n.º 111/76.
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 12 de janeiro de 1976, entre o Município da Fazenda e o Governo do Estado do Paraná, objetivando desenvolver no Estado, Projetos de Assistência Técnica, visando a implementação de novas técnicas administrativas na área fazendária estadual e municipal.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de junho de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Ivan Rüppel, Relator.

Comissão de Constituição e Justiça
Parecer à Proposição de n.º 199/76.

I— Acompanhado da Mensagem Governamental número 59/76, de 04 de junho de 1976, é encaminhado à apreciação desta Casa de Leis, o Convênio celebrado em 12 de janeiro de 1976, entre o Ministério da Fazenda e o Governo do Estado do Paraná, visando desenvolver no Estado, Projetos de Assistência Técnica, objetivando a implementação de novas técnicas administrativas na área fazendária estadual e municipal.

II— Exercita desta forma o Senhor Governador de determinação constitucional, uma vez que Convênios firmados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam de aprovação da Assembléia Legislativa.

III— A justificativa que acompanha o projeto diz do interesse público da matéria, razão pela qual oferecemos nosso parecer pela aprovação, obedecido os termos do Projeto de Resolução anexo.

É o Parecer.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Ivan Rüppel, Relator.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 164/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 231/76, Mensagem número 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Dois Vizinhos, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Duque de Caxias. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.**

Comissão de Constituição e Justiça
Projeto de Resolução n.º 164/76.
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 10 de março de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o Município de DOIS VIZINHOS, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Duque de Caxias, do referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente;
Nilso Sguarezi, Relator.

Comissão de Constituição e Justiça
Parecer à Proposição n.º 231/76.

A Presente Proposição número 231/76, oriunda da Mensagem Governamental número 68/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa ao Termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de DOIS VIZINHOS, objetivando a execução de reparos em próprios do Estado naquele Município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, e do Chefe do Poder Executivo ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do Convênio firmado, temos que o mesmo atenda aos interesses do Estado em benefício do aludido Município.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Nilso Sguarezi, Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 193/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 232/76, Mensagem número 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Dois Vizinhos, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual de Dois Vizinhos, do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

Comissão de Constituição e Justiça
Projeto de Resolução n.º 193/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 10 de março de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de DOIS VIZINHOS, objetivando a execução de reparos no prédio onde funcionam o Ginásio Estadual de DOIS VIZINHOS, do referido Município.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Adalberto Daros, Relator.

Comissão de Constituição e Justiça
Parecer à Proposição n.º 232/76.

A presente Proposição número 232/76, oriunda da Mensagem Governamental número 68/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa ao termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o Município de DOIS VIZINHOS, objetivando a execução de reparos em próprios do Estado naquele Município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, e do Chefe do Poder Executivo, ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do Convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido Município.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação na forma do Projeto de Re-

solução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Adalberto Daros, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao INCRA e FITC, no sentido de que sejam acelerados os trabalhos para a entrega de títulos de propriedade a toda região Sudoeste do Estado.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Recursos Humanos, encarecendo sejam formadas Comissões de Promoções e Acesso previstas no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, a fim de que possam ser procedidos os ajustes necessários nas carreiras existentes no Quadro atual.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Piê-trângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que atue, com extrema urgência, a fim de socorrer os flagelados vitimados fisicamente e comercialmente, pela tragédia ocasionada pela explosão de um caminhão que transportava mil e quinhentos quilos de dinamite.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, da resposta do Sr. Governador do Estado ao pedido de informações, formulado e aprovado por esta Assembléia em 30/6/76, dirigido ao Sr. Secretário do Interior, referente a obrigações da SANEPAR.— APROVADO.

A Mesa comunica que tendo havido a publicação do avulso do parecer da Comissão Especial para Estudo do Estatuto do Magistério e tendo sido o mesmo distribuído aos Srs. Deputados no dia 3 de setembro, está transcorrendo o prazo de 15 dias para serem recebidas pela Mesa as emendas a esse Estatuto, que deverá terminar no dia 18 do corrente mês.

Antes de encerrar a sessão, lembro, mais uma vez, a presença nesta Casa, às 16,00 horas, no Pequeno Auditório, do Dr. Paulo Nogueira Neto, Secretário Geral da Secretaria Especial do Meio Ambiente do Ministério do Interior, para proferir palestra sobre meio ambiente.

A Mesa encarece aos Srs. Deputados o comparecimento de todos os Deputados presentes a esta palestra para que não fique esta Assembléia, como em outras vezes, em má posição frente àqueles que vêm nos auxiliar com suas palestras ilustrativas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 10, sexta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.

PORTARIA N.º 487/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7626, de 26 de agosto de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 01/76, de 05 de janeiro de 1976, aos funcionários abaixo relacionados:

BOANERGES DE MENZES CALDAS — Mat.268 - Econ. PL 26

JOSÉ TARQUINIO ISFER — Mat. 125 - AT PL 28

JOSIAS MARQUESI — Mat. 601 — SC

Gabinete da Diretoria Geral, em 01 de setembro de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA N.º 488/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7099, de 11 de agosto de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar o funcionário ANTONIO ELIAS, ora à disposição deste Poder, na conformidade do disposto pelo Artigo 176, inciso I, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, no período compreendido entre 01 de maio à 31 de dezembro de 1976.

Gabinete da diretoria Geral, em 01 de setembro de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA N.º 489/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7639, de 30 de agosto de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 01/76, a funcionária JULIETA ROSA SAMPAIO, matrícula 472, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01 de setembro de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA N.º 490/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7644, de 30 de agosto de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a WALDEMAR RODA, matrícula número 302, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de licença, para tratamento de saúde, a partir de 25 de agosto de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01 de setembro de 1976

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA N.º 491/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7635, de 27 de agosto de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 01/76, a funcionária MARIA DE LOURDES MALTAU-RO, Matrícula número 181, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01 de setembro de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA N.º 492/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7728, de 31 de agosto de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a MARIA MOREIRA MACENO, matrícula número 220, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias, de férias, referentes ao exercício de 1975, a partir de 13 de setembro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02 de setembro de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA N.º 493/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7735, de 31 de agosto de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a ARMANDO SOICHI IWAYA, matrícula número 142, ocupante do cargo de nível PL "29", da Série de Classes de Economista, do Grupo Ocupacional de Economia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1976, a partir de 04 de outubro do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02 de setembro de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA N.º 494/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7674, de 30 de agosto de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 01/76, aos funcionários abaixo relacionados, ambos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

ANGELINA GARCIA PACHECO - Mat. 183 - OA PL 19

MAXIMINIO CARDOSO - Mat. 573 - OSG PL "23"

Gabinete da Diretoria Geral, em 02 de setembro de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA N.º 495/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6299, de 13 de julho de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

I - revogar a Portaria número 211/76, de 03 de maio de 1976, que transferiu as férias concedidas ao funcionário DIRCEU DA SILVA, Contratado deste Poder Legislativo, a partir de 13

de julho de 1976; e,

II - conceder ao funcionário acima citado, oito (8) dias de férias restantes, referentes ao exercício 1975/1976, para o período compreendido entre 13 a 28 de outubro do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02 de setembro de 1976

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

DECRETO LEGISLATIVO N.º 574/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6144, de 07 de julho de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Artigo 150, da Lei número 6174, de 16 de novembro de

1970, com nova redação dada pelo Artigo segundo, da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JOSE ARY NASSIFF, matrícula número 272, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Redator, do Grupo Ocupacional de Redação e Divulgação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1975, que deixou de gozar; e,

II - conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Artigo 170, da citada Lei número 6174, a partir de 18 de agosto de 1976, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 2 de setembro de 1976

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA

1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET

2.º Secretário